

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	13
■ TIPOLOGIA TEXTUAL	15
■ ORTOGRAFIA OFICIAL	28
■ ACENTUAÇÃO GRÁFICA	30
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	30
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	41
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	42
■ PONTUAÇÃO	51
■ CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL	54
■ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL	59
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	61
■ CORRESPONDÊNCIA OFICIAL (CONFORME MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)	63
ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	66
FINALIDADE DOS EXPEDIENTES OFICIAIS.....	69
ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO.....	75
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	95
■ ESTRUTURAS LÓGICAS	95
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	96
ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES	96
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL)	103
PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS.....	103
TABELAS VERDADE.....	105
EQUIVALÊNCIAS.....	109
LEIS DE MORGAN	112

DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	115
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE	119
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	124
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS	129
INFORMÁTICA	161
■ CONCEITO DE INTERNET E INTRANET, CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS A INTERNET/INTRANET	161
■ FERRAMENTAS E APLICATIVOS COMERCIAIS DE NAVEGAÇÃO, DE CORREIO ELETRÔNICO, DE GRUPOS DE DISCUSSÃO, DE BUSCA, DE PESQUISA, DE REDES SOCIAIS E FERRAMENTAS COLABORATIVAS	161
PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT INTERNET EXPLORER, MOZILLA FIREFOX E GOOGLE CHROMES)	161
PROGRAMAS DE CORREIO ELETRÔNICO (OUTLOOK EXPRESS E MOZILLA THUNDERBIRD)	163
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET	166
GRUPOS DE DISCUSSÃO	167
REDES SOCIAIS	168
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)	169
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	173
IDENTIFICAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS	176
■ CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE (PLACA MÃE, MEMÓRIAS, PROCESSADORES (CPU) E DISCO DE ARMAZENAMENTO HDS, CDS E DVDS) E PERIFÉRICOS DE COMPUTADORES....	178
■ NOÇÕES DE IP	192
■ NOÇÕES DE IMEI	198
■ PORTA LÓGICA	198
■ BACKUP DE ARQUIVOS	201
PROCEDIMENTOS DE BACKUP	201
■ NOÇÕES BÁSICAS DE EDITORES DE TEXTO E PLANILHAS ELETRÔNICAS (MICROSOFT WORD, MICROSOFT EXCEL, LIBREOFFICE WRITER E LIBREOFFICE CALC)	208
■ SEGURANÇA NA INTERNET	241
VÍRUS DE COMPUTADORES, SPYWARE, MALWARE E PHISHING	241

■ METADADOS DE ARQUIVOS	251
■ TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVOS PELA INTERNET	253
■ COMPUTAÇÃO NA NUVEM	256
ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM (CLOUDSTORAGE)	256
■ DEEPWEB E DARKWEB	260
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	265
■ NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	265
CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	265
CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	265
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	267
Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	267
■ ATO ADMINISTRATIVO.....	274
CONCEITO	274
REQUISITOS	274
ATRIBUTOS	276
CLASSIFICAÇÃO.....	277
ESPÉCIES	278
■ AGENTES PÚBLICOS	278
Disposições Constitucionais Aplicáveis e Disposições Doutrinárias	278
CONCEITO E ESPÉCIES	278
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	279
PODER HIERÁRQUICO	279
PODER DISCIPLINAR	280
PODER REGULAMENTAR	281
PODER DE POLÍCIA.....	281
USO E ABUSO DO PODER.....	283
■ LICITAÇÃO	283
PRINCÍPIOS, CONTRATAÇÃO DIRETA: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, MODALIDADES, TIPOS E PROCEDIMENTO.....	283

■	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	329
	CONTROLE EXERCIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	330
	CONTROLE JUDICIAL.....	330
	CONTROLE LEGISLATIVO	331
■	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	333
	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO.....	334
	RESPONSABILIDADE POR ATO COMISSIVO E POR OMISSÃO DO ESTADO	334
	REQUISITOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	335
	CAUSAS EXCLUDENTES E ATENUANTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	335
■	REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	336
	CONCEITO	336
	PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	336
■	LEI ESTADUAL Nº 11.370 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2009 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA).....	339
■	LEI ESTADUAL Nº 6.677 DE 26 DE SETEMBRO DE 1994 (ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA)	350
	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	367
■	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	367
	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	367
	Direito à Vida, à Liberdade, à Igualdade, à Segurança e à Propriedade, Garantias Constitucionais Individuais, Garantias dos Direitos Coletivos, Sociais e Políticos	367
	DIREITOS SOCIAIS.....	382
	NACIONALIDADE	388
	CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS	390
	PARTIDOS POLÍTICOS.....	393
■	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO	396
	ESTADO FEDERAL BRASILEIRO.....	396
	UNIÃO	396
	ESTADOS.....	398
	DISTRITO FEDERAL	399

MUNICÍPIOS.....	399
TERRITÓRIOS.....	399
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	404
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	404
SERVIDORES PÚBLICOS	413
■ PODER EXECUTIVO	416
FORMA E SISTEMA DE GOVERNO.....	417
CHEFIA DE ESTADO E CHEFIA DE GOVERNO	417
■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	418
SEGURANÇA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	418
■ ORDEM SOCIAL	419
BASE E OBJETIVOS DA ORDEM SOCIAL	419
SEGURIDADE SOCIAL.....	420
MEIO AMBIENTE.....	422
FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO.....	423
ÍNDIO.....	424
NOÇÕES DE DIREITO PENAL.....	429
■ PRINCÍPIOS BÁSICOS	429
■ APLICAÇÃO DA LEI PENAL	434
A LEI PENAL NO TEMPO	434
Tempo do Crime.....	438
A LEI PENAL NO ESPAÇO.....	441
TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL E LUGAR DO CRIME.....	441
■ INFRAÇÃO PENAL.....	444
ELEMENTOS, ESPÉCIES, SUJEITO ATIVO E SUJEITO PASSIVO	444
■ O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS.....	446
CRIME CONSUMADO E TENTADO	450
ILICITUDE E CAUSAS DE SUA EXCLUSÃO	453
PUNIBILIDADE	454

CULPABILIDADE (ELEMENTOS E CAUSAS DE EXCLUSÃO)	456
■ IMPUTABILIDADE PENAL.....	457
■ CONCURSO DE PESSOAS.....	460
■ CRIMES CONTRA A PESSOA	465
■ CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	496
■ CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	523
■ CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	531
■ CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	543
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	583
■ INQUÉRITO POLICIAL	583
HISTÓRICO.....	583
NATUREZA E CONCEITO	583
FINALIDADE	583
VALOR PROBATÓRIO.....	583
CARACTERÍSTICAS	584
FUNDAMENTO E TITULARIDADE.....	584
GRAU DE COGNIÇÃO E FORMAS DE INSTAURAÇÃO	585
Notitia Criminis e Delatio Criminis.....	585
PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS, INDICIAMENTO, GARANTIAS DO INVESTIGADO, CONCLUSÃO E PRAZOS	587
■ PROVA	594
REQUISITOS, ÔNUS DA PROVA E NULIDADE DA PROVA.....	594
PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME.....	595
RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS.....	600
ACAREAÇÃO	600
DOCUMENTOS DE PROVA.....	601
INDÍCIOS.....	601
BUSCA E APREENSÃO.....	601
■ RESTRIÇÃO DE LIBERDADE	602

PRISÃO EM FLAGRANTE.....	607
NOÇÕES DE ESTATÍSTICA	615
■ ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS	615
GRÁFICOS, DIAGRAMAS, TABELAS, MEDIDAS DESCRITIVAS (POSIÇÃO, DISPERSÃO, ASSIMETRIA E CURTOSE).....	615
■ PROBABILIDADE	628
DEFINIÇÕES BÁSICAS E AXIOMAS	628
PROBABILIDADE CONDICIONAL E INDEPENDÊNCIA	629
■ TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM	630
AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES	630
ESTRATIFICADA	630
SISTEMÁTICA	630
CONGLOMERADOS	630
NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA.....	635
■ ARQUIVÍSTICA	635
PRINCÍPIOS, CONCEITOS E LEGISLAÇÃO	636
■ GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE DOCUMENTOS	643
PROTOCOLO.....	643
Recebimento, Registro, Distribuição, Tramitação e Expedição de Documentos	643
CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	645
ARQUIVAMENTO E ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	646
TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	647
■ ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	649
■ PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	649
■ TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E SUPORTES FÍSICOS	651
■ MICROFILMAGEM, AUTOMAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS	651

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

PRINCÍPIOS BÁSICOS

CONCEITO E PRINCÍPIOS BÁSICOS

O Direito Penal é o **conjunto de regras e princípios** que disciplinam a **infração penal**, ou seja, o crime ou delito e a contravenção penal, e a **sanção penal**, isto é, a pena e a medida de segurança.

Tal conceito é de grande importância, uma vez que delimita o objeto e o alcance da matéria, assim como ajuda no estudo e na compreensão da disciplina.

Mas para que serve esse ramo do Direito? Podemos dizer que o Direito Penal serve para tutelar (proteger, cuidar) os principais bens jurídicos (valores materiais ou imateriais, como a vida, liberdade, patrimônio, honra, saúde, entre outros) instituindo sanções para quem infringir suas normas.

Dica

O Direito Penal faz parte das chamadas Ciências Criminais. Juntamente com o Direito Processual Penal e a Execução Penal, compõe a Dogmática Penal (tratada por alguns autores por Ciências Penais). Por sua vez, a Dogmática Penal, a Criminologia e a Política Criminal interagem entre si, formando o modelo tripartido das Ciências Criminais.

O estudo do Direito Penal dá-se pela análise do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e da chamada legislação penal especial ou extravagante, que consiste nas normas penais contidas em leis fora do Código Penal (como, por exemplo, a Lei de Crimes Ambientais, o Estatuto do Desarmamento, a Lei de Drogas, entre outras).

O Código Penal (CP), que será objeto do nosso estudo, é dividido em duas partes: a parte geral (art. 1º ao art. 120) em que se apresentam os critérios a partir dos quais o Direito Penal será aplicado, isto é, quando determinada conduta vai constituir crime e de que forma deve ser aplicada a sanção, e a parte especial (art. 121 ao art. 359), em que constam os crimes em espécie e as respectivas penas.

Para facilitar o estudo, observe a seguinte divisão didática (apenas didática, uma vez que o Código não está dividido desta maneira):

- **Parte Geral:**

Arts. 1 ao 12: Teoria da Norma: Lei penal no tempo e no espaço;

Arts. 13 ao 31: Teoria do Crime;

Arts. 32 ao 106: Teoria da Pena;

Arts. 107 ao 120: Extinção da Punibilidade.

- **Parte Especial:**

Arts. 121 ao 359: Crimes em Espécie.

Ou seja, a parte geral do Código Penal é responsável por responder a três perguntas fundamentais:

- O que é o Direito Penal? Teoria da norma penal.
- Quais requisitos jurídicos deve ter o delito? Teoria do crime.
- Quais devem ser as consequências penais do delito? Teoria da pena.

Além disso, apresenta as situações que impedem a punição e promovem a extinção da punibilidade.

A parte especial, por sua vez, apresenta, em 11 títulos, a descrição dos crimes e a cominação das penas.

O estudo da teoria da norma penal inicia-se pelo exame dos **princípios penais**. O conhecimento dos princípios é essencial para se entender a lógica do funcionamento do Direito Penal. Ao estudá-los, é importante ter em mente sua função limitadora, ou seja, servem como garantia do cidadão perante o poder punitivo do Estado, e é por tal razão, dada a sua importância, que os princípios penais encontram-se previstos na Constituição (também chamados de princípios constitucionais do Direito Penal) e em tratados de direitos humanos, como, por exemplo, na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

Os princípios não são somente um conjunto de valores, diretrizes ou instruções de cunho ético ou programático. Os princípios são normas de aplicação prática: têm caráter imperativo (cogente). Estão em posição de superioridade às regras, orientando a interpretação destas ou impedindo a sua aplicação quando estiverem em contradição aos princípios.

Dentre os princípios aplicáveis ao Direito Penal, dois merecem destaque, por deles se extraírem todos os demais: o **princípio da dignidade da pessoa humana** e o **princípio do devido processo legal**.

O **princípio da dignidade da pessoa humana** é tido como um “superprincípio”, ou seja, nele se baseiam todas as escolhas políticas no Direito: em outras palavras, é um valor que orienta todo o sistema jurídico e prevalece no momento da interpretação de todos os demais princípios e normas (nenhum princípio ou regra de qualquer área do Direito, inclusive na esfera Penal, pode ser contrário a ele). Esse princípio maior se encontra no inciso III, art. 1º, da CF, inserido como **fundamento do Estado Democrático de Direito**:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana

A dignidade humana, na área penal, desdobra-se em dois aspectos:

- O respeito à dignidade da pessoa humana quando esta se torna acusada em um processo-crime;
- O respeito à dignidade do ofendido, que teve seu bem jurídico perdido ou danificado.

A dignidade da pessoa humana só é assegurada quando é observado outro princípio basilar: o **devido processo legal**, que se encontra no inciso LIV, art. 5º, da CF:

Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

[...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

De forma simples, a consolidação do devido processo legal dá-se quando é assegurado a todos o direito a um processo que segue todas as etapas previstas em lei e que observa todas as garantias constitucionais previstas. Dizer que foi observado o princípio do devido processo legal na esfera penal significa afirmar que houve sucesso na aplicação de todos os princípios processuais penais e processuais penais.

É importante saber que os princípios da dignidade da pessoa humana e do devido processo legal não têm aplicabilidade somente ao Direito Penal, mas alcançam o Direito como um todo. No entanto, produzem reflexos importantíssimos na área Penal e servem de base para todos os demais princípios e normas.

Princípio da Legalidade

Previsto no inciso XXIX, art. 5º, da Constituição, com redação semelhante à do art. 1º, do CP, o princípio da legalidade é a mais importante garantia do cidadão frente ao poder punitivo do Estado, sendo o mais relevante princípio penal.

Compare o princípio conforme exposto na Constituição (art. 5º) e no Código Penal (art. 1º):

Art. 5º (CF, de 1988) *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

[...]

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Art. 1º (CP) *Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.*

Ou seja, por força deste princípio, **não há crime (nem contravenção) sem prévia determinação legal, assim como não há pena sem prévia cominação (imposição, prescrição) feita em lei.**

Importante!

Não confunda o **princípio da legalidade**, previsto no inciso II, art. 5º da CF, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (legalidade em sentido amplo), com o princípio da legalidade criminal que, conforme vimos, se encontra no inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e art. 1º, do CP, segundo o qual não há crime sem lei (legalidade em sentido estrito).

O princípio da legalidade tem quatro funções fundamentais:

- **Proibir a retroatividade da lei penal** (*nullum crimen nulla poena sine lege praevia*);
- **Proibir a criação de crimes e penas pelo costume** (*nullum crimen nulla poena sine lege scripta*);
- **Proibir o emprego da analogia para criar crimes, fundamentar ou agravar penas** (*nullum crimen nulla poena sine lege stricta*);
- **Proibir incriminações vagas e indeterminadas** (*nullum crimen nulla poena sine lege certa*).

O princípio da legalidade criminal apresenta, atualmente, várias esferas de garantia. Dentre estas, as mais relevantes são os **princípios da reserva legal** e da **anterioridade**.

Princípio da Reserva Legal

Ainda de acordo com o inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e o art. 1º, do CP, em matéria penal, **apenas lei em sentido estrito** (aprovada pelo Parlamento, seguindo o procedimento legislativo previsto na CF) **pode criar crimes e sanções** (penas e medidas de segurança). Assim, **apenas leis ordinárias e leis complementares (leis em sentido estrito) podem prever crimes e cominar penas**: Emendas constitucionais, Medidas Provisórias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos e Resoluções **não podem ser usadas**.

Princípio da Anterioridade

Previsto também no inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e art. 1º, do CP, o princípio da anterioridade determina que, antes da prática do crime, deve haver prévia definição em lei (estabelecendo, ainda, a pena cabível). Quem pratica a conduta criminosa deve saber de antemão que o ato se trata de conduta criminosa e sua consequência. Em outras palavras, a lei penal nova deve entrar em vigor antes do fato criminoso e se aplica apenas para os fatos ocorridos após sua vigência.

Princípio da Aplicação da Lei Mais Favorável (Retroatividade da Lei Penal Benéfica ou, ainda, Irretroatividade da Lei Penal)

A regra geral impõe que as leis têm sua validade voltada para o futuro, ou seja, são irretroativas. Por que tal regra? Porque, em caso contrário, haveria enorme insegurança jurídica, correndo-se o risco de a sociedade (destinatária da norma) ser surpreendida a todo instante. O inciso XL, art. 5º, da CF, e o art. 2º, do CP, apresentam uma exceção válida somente no Direito Penal. Observe como o princípio vem disposto na Constituição Federal e no Código Penal:

CF	CP
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;	Art. 2º Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. Parágrafo único. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Trata-se do “princípio-exceção” da retroatividade da lei penal mais benéfica: a norma penal mais benéfica ao agente do crime retroage, sendo aplicável a casos em curso ou já definitivamente sentenciados. Trata-se de assunto pertinente ao tema “Lei penal no tempo”, que será visto mais adiante.

Os princípios que até agora vimos são os mais relevantes (portanto, os mais cobrados) no que diz respeito à aplicação da lei penal. Podemos resumi-los da seguinte forma:

PRINCÍPIO	PREVISÃO LEGAL	SIGNIFICADO
Dignidade da pessoa humana	Inciso III, art. 1º, CF	O Direito Penal deve garantir a dignidade humana, limitando os excessos do Estado (“superprincípio”)
Devido processo legal	Inciso LIV, art. 5º, CF	A aplicação da lei penal só pode se dar seguindo todas as etapas previstas em lei e observando todas as garantias constitucionais previstas
Legalidade penal	Inciso XXXIX, art. 5º, CF, e art. 1º, CP	Não há crime (nem contravenção) sem prévia determinação legal, assim como não há pena sem prévia cominação em lei
Reserva legal	Inciso XXXIX, art. 5º, CF e art. 1º, CP	Apenas lei em sentido estrito pode criar crimes e cominar penas
Anterioridade	Inciso XXXIX, art. 5º, CF e art. 1º, CP	A lei penal nova deve entrar em vigor antes do fato criminoso e se aplica apenas para os fatos ocorridos após sua vigência
Retroatividade da lei penal benéfica	Inciso XL, art. 5º, CF e art. 2º, CP	É um princípio-exceção. A regra geral é que as leis tenham validade voltada para o futuro. Só a lei penal favorável ao agente retroage

Além dos princípios vistos, existem outros que dizem respeito à aplicação da pena (como o da individualização da pena e da humanidade) ou à teoria do crime (como o da intervenção mínima e o da taxatividade, por exemplo).

Taxatividade ou da Determinação

Diz respeito à técnica de elaboração da lei penal, que deve ser suficientemente clara e precisa na formulação do conteúdo do tipo legal e no estabelecimento da sanção para que exista real segurança jurídica.

Tal assertiva constitui postulado indeclinável do Estado de direito material: democrático e social.

O princípio da taxatividade é uma consequência do princípio da legalidade: de nada adianta estabelecer a conduta delituosa em lei se a definição do crime é vaga, confusa, ampla demais ou, ainda, dá margem a mais de uma interpretação, o que gera insegurança e fere a legalidade.

Princípio da Exclusiva Proteção dos Bens Jurídicos

Conforme vimos anteriormente, a função do Direito Penal é proteger bens jurídicos. De acordo com tal princípio, dentro do Estado Democrático de Direito, a interferência do Direito Penal na liberdade dos cidadãos só é legítima para proteger os bens jurídicos.

Princípio da Intervenção Mínima ou da Subsidiariedade ou do Direito Penal Mínimo

O Direito Penal deve tutelar apenas os bens jurídicos mais relevantes, intervindo apenas o mínimo necessário nos conflitos sociais e na liberdade dos indivíduos. Em outras palavras, a força punitiva do Estado deve ser utilizada apenas como último recurso (*ultima ratio*).

Princípio da Pessoalidade ou da Personalidade ou da Responsabilidade Pessoal ou da Intranscendência da Pena

Encontra-se previsto no inciso XLV, art. 5º, CF:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Tal princípio define que a pena de um agente condenado não pode ser transferida para outra pessoa, ou seja, apenas o indivíduo sentenciado pode ser responsabilizado pela conduta criminosa praticada. Não importa o tipo da pena (privativa de liberdade ou multa): apenas o autor da infração penal pode ser apenado, esta é a regra.

No entanto, o próprio inciso XLV traz uma exceção: nas hipóteses previstas nos incisos I e II e no § 1º, do art. 91, do Código Penal (que estabelece como efeitos da condenação o dever de indenizar o dano causado e o perdimento de determinados bens), mesmo com o falecimento do condenado a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens alcançam os sucessores até o limite do valor do patrimônio transferido.

Importante!

Vimos acima a questão da responsabilidade pessoal: mas e as pessoas jurídicas, respondem na esfera penal? Sim, atualmente, somente em relação aos crimes ambientais. A **responsabilidade penal da pessoa jurídica** é prevista na Lei Ambiental, Lei nº 9.605, de 1998, em seu art. 3º. A CF prevê a possibilidade da responsabilização criminal da pessoa jurídica em duas hipóteses: nos crimes ambientais e nos crimes econômicos (§ 3º, arts. 173 e 225, CF) mas apenas o primeiro encontra-se regulamentado e, portanto, pode ser aplicado.

Princípio da Individualização da Pena

Garante que o Direito Penal seja aplicado em cada caso concreto, tendo em vista particularidades como a personalidade do agente e o grau de lesão ao bem jurídico (impede, pois, a generalização da aplicação da pena). Tal princípio está expresso no inciso XLVI, art. 5º, CF:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]
XLVI - a lei regulará a individualização da pena [...].

A pena deve ser individualizada em três planos: legislativo, judicial e executório. Isto é, o princípio da individualização da pena dá-se em três momentos na esfera penal:

- **Cominação:** a primeira fase de individualização da pena inicia-se com a seleção feita pelo legislador, quando escolhe para fazer parte do pequeno âmbito de abrangência do Direito Penal aquelas condutas, positivas ou negativas, que atacam nossos bens mais importantes. Uma vez feita essa seleção, o **legislador valora as condutas, apresentando penas de acordo com a importância do bem a ser tutelado;**
- **Aplicação:** tendo o julgador chegado à conclusão de que o fato praticado é típico, ilícito e culpável, dirá qual a infração praticada e começará, agora, a **individualizar a pena** a ele correspondente, observando as determinações contidas no art. 59, do Código Penal (método trifásico);
- **Execução Penal:** a execução não pode igual para todos os presos, justamente porque as pessoas não são iguais, mas sumamente diferentes, e tampouco a execução pode ser homogênea durante todo período de seu cumprimento. **Individualizar a pena, na execução, consiste** em dar a **cada preso as oportunidades para lograr** a sua **reinserção social**, posto que é pessoa, ser distinto.

Princípio da Proporcionalidade da Pena ou da Razoabilidade ou da Proibição de Excesso

Deve existir sempre uma medida de justo equilíbrio entre a gravidade do fato praticado e a sanção imposta: a pena deve ser proporcionada ou adequada à magnitude da lesão ao bem jurídico representada pelo delito e a medida de segurança à periculosidade criminal do agente.

A observância deste princípio impede que o Direito Penal intervenha de forma desnecessária ou excessiva na esfera individual, gerando danos mais graves do que os necessários para a proteção social.

Esse princípio tem duplo destinatário:

- O Poder Legislativo: que tem de estabelecer penas proporcionadas, em abstrato, à gravidade do delito;
- Juiz: as penas que os juízes impõem ao autor do delito têm de ser proporcionais à sua concreta gravidade.

Princípio da Humanidade da Pena ou da Limitação das Penas

Em um Estado de Direito democrático, veda-se a criação, a aplicação ou a execução de pena, bem como de qualquer outra medida que atentar contra a dignidade humana. Apresenta-se como uma diretriz garantidora de ordem material e restritiva da lei penal, verdadeira salvaguarda da dignidade pessoal,